

|   |
|---|
| Presidência da República<br>CODOC/PROTOCOLO           |
| 28 MAR 2016   |
| Hora: 13:53   |
| Func.: Valdecir Oliveira Costa<br>Assistente de CODOC |



Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 Rubrica: \_\_\_\_\_  
 Matrícula: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Hora: \_\_\_\_\_

OF. SF Nº 295 /2016

Brasília, 28 de março de 2016.

Senhora Ministra,

Encaminho a Vossa Excelência a Mensagem nº 30, de 2016 (SF), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, referente ao Memo. Nº 021/16 – CDH, em anexo, que trata da sugestão legislativa ao Executivo a fim de modificar a Lei nº 11.091, de 2015, encaminhado pelo Excelentíssimo Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Atenciosamente,

Senador **VICENTINHO ALVES**  
 1º Secretário

A Sua Excelência a Senhora  
**Eva Maria Cella Dal Chiavon**  
 Ministra- Substituta da Casa Civil da Presidência da República  
 Palácio do Planalto - Casa Civil da Presidência da República  
 CEP 70150-900 – Brasília/DF



Mensagem nº 30 (SF)

Excelentíssima Senhora Presidente da República,

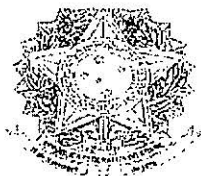
Encaminho a Vossa Excelência, a pedido do Excelentíssimo Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Memo. Nº 021/16 – CDH, em anexo, que trata da sugestão legislativa ao Executivo a fim de modificar a Lei nº 11.091, de 2015.

Senado Federal, em 28 de março de 2016.



**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL



00100.038062/2016-31

SECR APOIO À COM DIREITOS HUMANOS E LEG. PARTIC.

## SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

MEMO. Nº 021/16 – CDH

Brasília, 16 de março de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Senador Renan Calheiros**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília - DF

**Assunto:** Sugestão legislativa ao Executivo para a fim de modificar a Lei nº 11.091/2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Como Vossa Excelência sabe e apoia, o Senado Federal, na busca do ideal legislativo de aproximação do eleitor ao parlamento, criou o programa e-Cidadania, um canal eletrônico que estimula a participação do cidadão na atividade parlamentar, em suas dimensões legislativa, representativa e fiscalizadora. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal - CDH tem a competência para fazer a admissibilidade, o impulso processual e a legística dessa ideia legislativa.

Temos recebido grande número de ideias legislativas pelo portal e-Cidadania, mas nem todas são passíveis de impulso processual legislativo pelo Senado Federal, pois padeceriam de inconstitucionalidade, de natureza formal, por vício de iniciativa, sobretudo quando a iniciativa é privativa do Presidente da República.

Recentemente, recebemos pelo portal e-Cidadania a Sugestão nº 8/2015, cópia anexa, que contabilizou mais de vinte mil apoiadores registrados no portal, no período de 20 de agosto a 23 de novembro de 2015. A propositura em apreço, relatada pela Senadora Simone Tebet, tem a pretensão de modificar a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, *que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.*

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho, sala 4 A | CEP 70165-900 | Brasília, DF  
Telefone: +55 (61) 3303 2005 | Fax-simile: +55(61) 3303 4646 | [scomcdlv@senado.gov.br](mailto:scomcdlv@senado.gov.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F4D95BB3000EB8EC.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9A28C36000F0642.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL



00100.038062/2016-31

SECR APOIO À COM DIREITOS HUMANOS E LEG. PARTIC.

## SENADO FEDERAL

## Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A ideia pretende inserir no referido diploma legal a previsão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para o cargo de Técnico Administrativo em Educação (TAE), a exemplo do que já ocorre no caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que, para fins de percepção da Retribuição de Titulação, têm considerada a equivalência da titulação acadêmica exigida com o RSC (art. 18 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012).

Como bem apreciado em seu Relatório, a Senadora Simone Tebet demonstra que essa alteração, certamente, teria o efeito de valorizar essa categoria profissional, na medida em que, ao reconhecer seus saberes e competências e equipará-los a titulações acadêmicas, viabilizaria o aumento de sua remuneração, mediante a concessão de RTs.

Ademais, acreditamos que a extensão do reconhecimento de conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional por Técnicos-Administrativos está em consonância com o espírito da Lei que rege a carreira, que prevê, em seu art. 3º, inciso IV, que a gestão dos cargos observará, entre outros princípios e diretrizes, o reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão.

No entanto, caso a proposição supracitada decorra de iniciativa de Comissão do Senado Federal, padecerá de inconstitucionalidade, de natureza formal, por vício de iniciativa.

O vício de inconstitucionalidade formal ocorre porque a matéria em análise trata da remuneração de servidores públicos da União, cuja iniciativa legislativa é privativa do Presidente da República, conforme dispõe o art. 61, § 1º, II, a e c, da Constituição Federal.

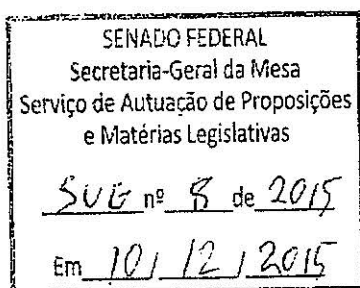
Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência que encaminhe esta meritória ideia legislativa à elevada apreciação da Senhora Presidente da República, a fim de restabelecer o adequado impulso processual legislativo.

Certo de sua colaboração, antecipo agradecimentos.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

2



SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Atue-se.  
*[Assinatura]*  
SEN. PAULO PAIM  
PRES DA CDH

MEMO. nº. 0080/2015 – SCOM

Brasília, 7 de dezembro de 2015

A Sua Excelência o Senhor  
**SENADOR PAULO PAIM**

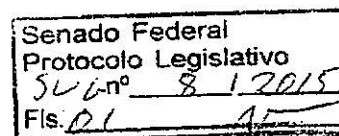
Assunto: **Proposta de Ideia Legislativa**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência Proposta de Ideia Legislativa nº 44.945, sob o título de “Apresentar projeto para inserir a previsão na Lei 11.091/2005 o RSC-Reconhecimento de Saberes e Competências dos TAEs”, que alcançou, no período de 20/8/2015 a 23/11/2015, apoio superior a 20.000 manifestações individuais, conforme a ficha informativa em anexo.

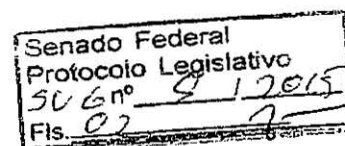
Respeitosamente,

**Dirceu Vieira Machado Filho**  
Diretor da Secretaria de Comissões





ANEXO AO MEMORANDO Nº 0080/2015 – SCOM  
- FICHA INFORMATIVA E RELAÇÃO DE APOIADORES -



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70.165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-3489 – equipe.ecidadania@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FE1AD147000C8E64.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F4D95BB3000EB8BC

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9A28C36000F0642.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



ideias **Proposta a sua!**  
legislativas

Proposta nº 44.945

Ficha Informativa anexa ao Memorando nº  
80 de 2015 da Secretaria de Comissões

**DADOS FORNECIDOS PELO CIDADÃO PROPONENTE:**

**IDEIA CENTRAL:**

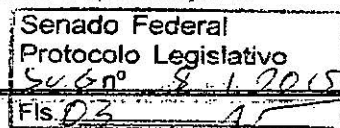
Apresentar projeto para inserir a previsão na Lei 11.091/2005 o RSC-Reconhecimento de Saberes e Competências dos TAEs.

**PROBLEMA:**

Criar o Reconhecimento de Saberes e Competências para os servidores Técnico-Administrativos em Educação (RSC-TAE) das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Ressaltando que os servidores públicos: Técnicos-Administrativos em educação, hoje não tem, em sua legislação amparo no sentido de requerer RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências. Tendo em vista que o CONIF encaminhou à SETEC os pedidos de que por eles fossem realizados GT's-Grupos de Trabalho, para efetivar discussão sobre o assunto, para que a Lei 11.091/2005 sofresse alterações, adicionado assim a possibilidade de ser o servidor reconhecido pelo seu saber e competências. Fato é que há a necessidade de colocarmos na mesa do legislativo para caminharmos no sentido de obter um ganho que será benéfico para que possamos cada dia mais, termos condições de capacitar e crescer na educação desse País.

**EXPOSIÇÃO:**

Inserir na Lei 11.091/2005 o RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências para os Técnicos-Administrativos, tendo como ponto de partida as justificativas encaminhadas pela CONIF, quais sejam: - Considerando a especificidade das instituições federais de ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, que possuem natureza jurídica de autarquia e detêm autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar; - Considerando, a atuação das instituições federais de ensino na condição de parte integrante de uma sociedade em constantes transformações e de atuarem na instância social da formação humana; -Considerando que o processo de ampliação na atuação das instituições federais de ensino trouxe novos componentes de gestão administrativo-pedagógica articulados ao processo institucional de expansão e de interiorização; Considerando a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal - PNPD, que visa à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; - Considerando o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que traz como princípio e diretriz as competências específicas decorrentes da dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração; -Considerando o teor do Art. 3º, inciso IV, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que traz como princípio e diretriz o reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; [...] Constata-se a necessidade de criação do Reconhecimento de Saberes e Competências dos Técnico-administrativos em Educação (RSC-TAE), mediante a apresentação de



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70.165-900 – Brasília DF  
- Telefone: +55 (61) 3303-3489 – equipe.cidadania@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FE1AD147000C6E64.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F4D95BB63000EB8BC.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9A28C36000F0642.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



projeto de lei que possa incluir esta previsão na Lei nº 11.091/2005, bem como da proposta de regulamentação deste dispositivo legal.

**IDENTIFICAÇÃO FORNECIDA PELO PROPONENTE**

IRINEIA MARTINS DA SILVA

NASCIDO EM: 22/2/1981

UF: GO

ESCOLARIDADE: Ensino Superior

E-MAIL: IRINEIAOAB@GMAIL.COM

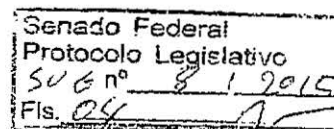
**DADOS DE CONTROLE DO E-CIDADANIA:**

DATA DA INCLUSÃO DA IDEIA: 17/8/2015

DATA DA PUBLICAÇÃO DA IDEIA: 20/8/2015

DATA DE ALCANCE DOS APOIOS NECESSÁRIOS: 23/11/2015

TOTAL DE APOIOS CONTABILIZADOS: superior a 20 mil



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70.165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-3489 – equipe.cidadania@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FE1AD147000C6E64.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F4D95BB3000E58BC.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

**PARECER Nº , DE 2016**

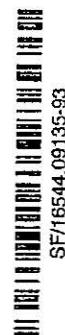
Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão (SUG) nº 8, de 2015, do Programa *e-Cidadania*, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, para inserir na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, o Reconhecimento de Saberes e Competências para os cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Relatora: Senadora **SIMONE TEBET**

**I – RELATÓRIO**

Vem à apreciação desta Comissão a Sugestão (SUG) nº 8, de 2015, originária do Programa *e-Cidadania* deste Senado Federal, na forma da Proposta de Ideia Legislativa nº 44.945, que se destina a servir de inspiração a projeto de lei que pretenda modificar a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que *dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências*.

26



SF/16544.09135-93

Página: 1/5 15/03/2016 18:09:35

4db31635a0556b5a4ee71656b2945d810atdd9cf





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

A ideia é inserir no referido diploma legal a previsão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para o cargo de Técnico Administrativo em Educação (TAE), a exemplo do que já ocorre no caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que, para fins de percepção da Retribuição de Titulação, têm considerada a equivalência da titulação acadêmica exigida com o RSC (art. 18 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012).

Antes de transformar-se em SUG, a Proposta em exame contabilizou mais de vinte mil apoiadores registrados no sistema respectivo do Senado Federal, no período de 20 de agosto a 23 de novembro de 2015.

## **II – ANÁLISE**

Dispõe o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre *sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional*.

Por sua vez, a Resolução do Senado nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa E-Cidadania, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do RISF e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à CDH. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 8, de 2015.

26

00100.038062/2016-31 (VIA 001)  
SF/16544.09135-93

Página: 2/5 15/03/2016 18:09:35

4db31635a0556b5a4ee71650b2945d810atdd9cf

ar-pe-2016-00474

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Afonso Arinos - Gab. 11  
CEP 70165-900 - Brasília - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F40958B3000E838C

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

Passando à análise do mérito, cabe anotar que a **SUG nº 8**, de 2015, pretende prestigiar os Técnico-Administrativos em Educação, ocupantes de cargos no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), para que sejam reconhecidos *seus saberes e competências* para fins de percepção de Retribuições por Titulação (RT).

A Lei nº 12.772, de 2012, que dispõe em seu art. 18 sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, fez alterações à Lei nº 11.091, de 2005, sem estender aos Técnico-Administrativos em Educação a possibilidade de RSC para fins de concessão de RT. Para viabilizar os propósitos contidos na **SUG**, cumpriria alterar essa Lei, que também regula o regime jurídico do cargo de TAE.

Essa alteração, certamente, teria o efeito de valorizar essa categoria profissional, na medida em que, ao reconhecer seus saberes e competências e equipará-los a titulações acadêmicas, viabiliza o aumento de sua remuneração, mediante a concessão de RTs.

Ademais, acreditamos que a extensão do reconhecimento de conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional por Técnicos-Administrativos está em consonância com o espírito da Lei que rege a carreira, que prevê, em seu art. 3º, inciso IV, que a gestão dos cargos observará, entre outros princípios e diretrizes, *o reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão*.

Ocorre que proposição da natureza da aventada na **SUG nº 8**, de 2015, caso decorra de iniciativa de Senador ou Senadora, padecerá de inconstitucionalidade, de natureza formal, por vício de iniciativa.

26



SF/16544.09135-93

Página: 3/5 15/03/2016 18:09:35

4db31635a0556b5a4ee71656b2945d810afdc9cf



SF nº 2016-00474

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Afonso Arinos - Gab. 11

CEP 70165-000 - Brasília - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F4D95BB3000EB2BC.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9A28C36000F0642.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

O vício de inconstitucionalidade formal ocorre em razão de eventual projeto de lei de iniciativa de Senador que decorresse da Sugestão em análise tratar de matéria atinente a servidores públicos da União e de sua remuneração, que é, sem sombra de dúvida, de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, conforme dispõe o art. 61, § 1º, II, *a e c*, da Constituição Federal, *in verbis*:

**Art. 61.** .....

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....  
II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

.....  
c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Por sua vez, o art. 84, III, da Constituição Federal, que estabelece as matérias de competência privativa do Presidente da República, corrobora o previsto no supracitado art. 61, *verbis*:

**Art. 84.** Compete privativamente ao Presidente da República:

.....  
III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;



Página: 4/5 15/03/2016 18:09:35

4db31635a0556b5a4ee71656b2945db10afdd9cf

*26*

ar-pe2016-00474

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Afonso Arinos - Gab. 11

CEP 70165-900 - Brasília, DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F4D95BB3000EB88C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sinadweb/v.asp>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9A28C36000F0642.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sinadweb/v.asp>





5

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

Por conseguinte, impõe-se a conclusão de que a Sugestão nº 8, de 2015, deve ser rejeitada em razão de que um projeto de lei de iniciativa de parlamentar que dela decorresse estaria eivado do vício de inconstitucionalidade formal, já que a pretensão de alterar a legislação atinente a servidor público da União e sua remuneração só pode ser introduzida no processo legislativo mediante projeto de lei de iniciativa do Presidente da República.

Caso o Senado Federal, considerando a relevância e justeza da proposta – que surgiu no âmbito de um programa desenvolvido pela própria Casa para propiciar uma maior participação dos cidadãos no processo de elaboração das leis e, consequentemente, das políticas públicas –, considere que a mesma merece ter seguimento, o único caminho, a nosso ver, seria encaminhar a sugestão ao Poder Executivo, por meio de órgão competente da Casa.

A esta Relatoria, resta apenas apresentar, a esta Comissão, o seu voto.

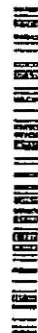
### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 8, de 2015.

Sala da Comissão, 16 DE MARÇO DE 2016.

, Presidente

, Relatora



SF/16544.09135-93

Página: 5/5 15/03/2016 18:09:35

4db31635a05556b5a4ee71656b2945d810afdd9cf

ar-ne2016-00474

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Afonso Arinos - Gab. 11  
CEP 70165-900 - Brasília - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F4D95BE3000ES88C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9A28C3600F0642.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.